

SINTFUB ganha ação sobre contribuição previdenciária

Decisão do STJ impede que descontos sejam calculados sobre parcelas indenizatórias.

Os Servidores públicos, por longo período, receberam diversas parcelas remuneratórias que não se incorporam aos proventos. Sobre estas, não incidia contribuição previdenciária. Contudo, após a promulgação da Lei nº 9.783/99, as parcelas foram incorporadas e a partir de então, os tributos cobrados. O Poder Executivo incluiu na base de cálculo da contribuição o adicional de férias, as diárias e uma série de espécies pecuniárias recebidas pelo servidor. Aos poucos, entretanto, os tribunais pátrios foram corrigindo as omissões da legislação no que diz respeito ao custeio da previdência social no serviço público, decidindo pela inclusão do desconto sobre a gratificação natalina e pela exclusão sobre parcelas de tais espécies pecuniárias cobradas anteriormente. Contudo, os servidores continuaram a sofrer o desconto previdenciário de forma geral, independentemente da incorporação ou não de benefícios aos futuros proventos. Recentemente o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em razão da natureza indenizatória das parcelas, garantiu a exclusão dos descontos em relação as seguintes rubricas: diárias em viagens, o adicional de um terço de férias, o adicional de horas extras, o adicional noturno, a verba resultante da conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada, o auxílio-funeral, o auxílio natalidade, os adicionais de periculosidade ou pelo exercício de atividade penosa, de insalubridade e de sobreaviso, em ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília – SINTFUB, através da assessoria de Wagner Advogados Associados, para todos os

servidores lotados na mencionada instituição.

A decisão não possui ainda caráter definitivo e pode ser questionada em recurso.

Fonte: Wagner Advogados Associados

Comunicado ASFUB sobre mensalidade de dezembro

Caros associados,

Comunicamos que a mensalidade referente ao mês de dezembro através do SIGEPE, por um erro no sistema, será cobrada em duplicidade. Infelizmente não será possível à retificação da autorização no sistema, porém, informamos que tão logo seja feito o crédito na conta da ASFUB, iremos dar início as ações necessárias ao ressarcimento dos valores devidos. Tal processo se dará com depósito na conta informada junto ao cadastro da Associação.

Solicitamos que os associados que não possuem cadastro atualizado, mais especificamente, dados bancários, compareçam a sede da ASFUB ou nos informem a conta atual através do e-mail asfub@unb.br

Lamentamos profundamente o inconveniente e contamos com a compreensão de todos.

Ficamos à disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

HERBET MOTA DOS SANTOS

FASUBRA reforça a importância da Greve Geral contra a reforma da Previdência e pacote de maldades ao funcionalismo público

Nesta manhã, 12, a FASUBRA Sindical reforçou a importância da Greve Geral contra a reforma da Previdência e o pacote de maldades ao funcionalismo público em audiência pública, na Câmara dos Deputados. O tema central do debate são as ameaças do atual governo aos direitos dos servidores públicos federais. A sessão realizada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foi presidida pelo deputado federal Dionilso Marcon (PT/RS).

Contribuíram para o debate entidades representantes dos servidores públicos federais, centrais sindicais e parlamentares. Representou a FASUBRA o coordenador Gibran Jordão, e a presença expressiva dos delegados do Comando Nacional de Greve.

Para a FASUBRA Sindical, as entidades sindicais do serviço público tem uma tarefa importante em resposta à propaganda mentirosa do governo, que busca construir no imaginário social que o funcionário público é um trabalhador privilegiado. Só neste ano o governo federal já gastou R\$ 100 milhões com a campanha publicitária para aprovar a reforma da Previdência. O gasto é 10 vezes maior que o previsto, maior que os gastos com

programas sociais, segundo informações do Portal da Transparência.

Segundo Jordão, o governo ilegítimo de Michel Temer tenta emplacar o pacote de maldades contra o funcionalismo público federal que vai desde o programa de demissão voluntária (PDV), a reestruturação das carreiras, o adiamento de reajustes, o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% e a aprovação da reforma da Previdência.

Desmistificar o discurso do governo

‘Privilegiados são os políticos corruptos, as grandes empresas devedoras da União que ganharam perdões fiscais bilionários e o lucro dos grandes bancos, esses são os verdadeiros privilegiados do país’.

Segundo o Congresso em Foco, todos os 513 deputados tem um custo mensal de R\$ 86 milhões, isso significa R\$ 1 bilhão por ano. “Sem falar que a maioria desses deputados, salvo honrosas exceções, tem seus esquemas financiados por grandes empresas, seja por esquemas legais ou ilegais”. O lucro dos quatro maiores bancos no último semestre somam R\$ 13,6 bilhões, crescimento de 10,4%.

Lucro dos bancos

Itaú – R\$ 6 bi

Bradesco – R\$ 2,8 bi

Banco do Brasil R\$ 2,8 bi

Santander R\$ 1,7 bi

De acordo com a Federação, não há nenhuma política de taxaço das grandes fortunas e dos lucros dos bancos por parte do governo, “pelo contrário, o governo quer taxar os servidores públicos’.

Benesses

O novo Refis, criado para perdoar dívidas de grandes empresas com a União, cedeu descontos de 50% a 90% dos juros e de 25% a 70% das multas. O projeto aprovado em outubro, traz R\$ 3 bilhões de perdas para os cofres do governo segundo a equipe econômica. Uma cifra que passa de R\$ 500 bilhões, segundo o jornal El País. “Isso pra nós é que é privilégio”.

Verdadeiros privilegiados

O coordenador apresentou informações sobre a aposentadoria dos principais interessados pela aprovação da reforma. O ministro da Fazenda Eliseu Padilha se aposentou aos 53 anos com um salário de R\$ 20 mil, segundo o Portal da Transparência, como ministro ganha mais de R\$ 30 mil, “isso pra nós é privilégio”.

Aos 55 anos o presidente Michel Temer se aposentou com um benefício de R\$ 30 mil, segundo o Portal da Transparência do Estado de São Paulo. “Qual é o trabalhador do funcionalismo público que se aposenta antes dos 60 anos de idade, ganhando mais de R\$ 30 mil, esta não é a realidade do serviço público”, afirmou Jordão.

Segundo o INSS, o valor médio dos benefícios concedidos em maio de 2016, foi de R\$ 1303,00 para o trabalhador urbano e R\$

880,00 para o trabalhador rural. “E querem construir no imaginário social que os servidores públicos são os grandes vilões do orçamento, os grandes privilegiados da sociedade. Nós não podemos aceitar isso. Existem os verdadeiros privilegiados que a grande mídia não mostra, mas nós temos que fazer esse debate e demonstrar isso”.

Intenções do governo

O coordenador questionou o verdadeiro significado da propaganda do governo em relação a construir a ideia de que servidor público é privilegiado, em dizer que era preciso modernizar as relações trabalhistas, quando queria aprovar a reforma Trabalhista.

Para a Federação, as reformas cumprem o papel de benesses ao grande capital, com o objetivo de diminuir o valor do trabalhador e do trabalho. “Porque existe uma grave crise econômica, para que grandes empresários, banqueiros e latifundiários possam ganhar um fôlego diante da crise econômica e manter seus lucros nas alturas é preciso diminuir o valor do trabalho no país. Essa é a verdade e é isso que temos de dizer a população brasileira”.

Vitória

Segundo a FASUBRA, A medida provisória (MP) que envolvia o programa de demissão voluntário (PDV) e a redução de jornada e salário, foi um fracasso. “Isso é fruto da campanha de cada sindicato que orientou suas bases para não aderir ao PDV, é uma vitória”.

Quebra de acordo

O coordenador criticou a MP 805/17, que adiou reajustes de algumas carreiras firmados em 2015 e aumentou a contribuição previdenciária dos servidores públicos federais de 11% para 14%. Jordão alertou as entidades presentes no debate, “se não derrubarmos essa medida no congresso, todos os servidores públicos, mesmo as carreiras que firmaram reajuste em dois anos serão afetadas, porque qualquer acordo que fizermos com o governo daqui pra frente será desmoralizado. Basta um governo fazer um acordo nesse ano e editar uma MP que adia o acordo feito com os trabalhadores”.

Estabilidade

Para Jordão, o PL 116/17, que acaba com a estabilidade do servidor público é algo muito grave. “A estabilidade do servidor público não é um privilégio, é um direito muito importante. É o que dá ao servidor público condições de não aceitar assédio moral, assédio sexual, de não aceitar corrupção no seu setor e poder denunciar sem ser demitido. É o direito de cada servidor ir para sua assembleia, fazer greve e protestos dentro do seu órgão público e não ser demitido”.

A FASUBRA informou sobre a reunião com o secretário do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), após a pressão da Categoria que completou mais de 30 dias de greve. “O secretário disse que o projeto de reestruturação da carreira está quase pronto e será encaminhado ao congresso no próximo ano. É um projeto que destrói a carreira da FASUBRA e todas as carreiras do serviço público”, denunciou o coordenador.

Para a Federação, é absolutamente fundamental e imprescindível que as centrais sindicais marquem uma greve geral na data da

votação da reforma da Previdência. Na próxima quinta-feira, às 10h em São Paulo, as centrais sindicais se reúnem para decidir sobre a greve.

Os trabalhadores no setor de transportes do estado de São Paulo, ligados a diversas centrais sindicais, aprovaram na segunda-feira (11), em plenária, paralisação no dia 19 de dezembro, caso o governo decida pela votação da reforma da Previdência.

Fonasefe

Saulo Arcangeli, representando o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) afirmou que na questão dos super salários os servidores são favoráveis ao cumprimento do teto constitucional. “Inclusive contra esses vários penduricalhos que são criados de auxílio moradia entre outros auxílios. Mas a gente sabe que isso é a minoria da minoria. Os servidores públicos ganham salários muito baixos”. Para Arcangeli, “não adianta colocar na imprensa que somos os ricos desse país, é uma mentira enorme, os ricos são os banqueiros empresários do agronegócio, os parlamentares que se vendem para aprovar essa reforma e salvar o governo Temer, um governo corrupto”.

Fonacate

Rudnei Marques, representante do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) afirmou que foram os gastos previdenciários durante os últimos 10 anos responsáveis por retirar 25% da desigualdade social no país. “O Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo. Mostramos aqui que o serviços públicos nas áreas da saúde e assistência

social dobraram na última década”.

Para Marques, aqueles que sempre lucraram com as parcerias com o estado brasileiro, não admitem que o dinheiro seja repartido. “O que está em jogo é a apropriação do orçamento público para benefício privado e nós não podemos permitir, por isso fica aqui o chamado para uma greve geral ampla no dia 19 de dezembro para reverter essa situação”.

Com informações da FASUBRA

Confraternização **anual** **SINTFUB**

No último dia 08 de dezembro, sexta-feira, o SINTFUB realizou sua confraternização anual.

O evento contou com a participação de toda a categoria e seus familiares, além de convidados.

A banda Suprema animou a festa.

O SINTFUB agradece a participação de todos e deseja felizes festas de fim de ano!

SINTFUB

[SLGF id=2772]

SINTFUB realiza Assembleia na reitoria da UnB



O SINTFUB realizou no dia 07 de dezembro sua ASSEMBLEIA geral, onde reuniu seus membros, coordenadores, trabalhadores e representantes de classe no auditório da reitoria da UnB.

Na pauta, encaminhamentos da categoria, além de um levantamento sobre o momento atual de greve.

Segundo Mauro Mendes, coordenador do SINTFUB, essa greve é um reflexo do que vem afetando os trabalhadores da Universidade. "Esse ano já tivemos o corte de quase 500 trabalhadores, pais e mães de família. Alguns que estão conosco a mais de 20 anos. Nosso posicionamento é dialogar com a administração superior para tomarmos o melhor caminho para o início do próximo ano. Não dá pra começar 2018 com a demissão dos trabalhadores.", disse.

A proposta do SINTFUB é fazer uma nova reunião na próxima semana para debater uma forma de conter esses cortes dos trabalhadores da UnB. Esse trabalho é totalmente essencial. Nenhum direito a menos!

SINTFUB

Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos

Nesta sexta-feira (08/12), às 15h, no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara Federal, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Alessandro Molon estarão realizando a Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Comemorado todo dia 10 de dezembro, foi instituído em 1950, dois anos após a Organização das Nações Unidas (ONU) adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos como marco legal regulador das relações entre governos e pessoas.

Nesse documento estão descritos os direitos básicos que garantem uma vida digna para todos os habitantes do mundo (liberdade, educação, saúde, cultura, informação, alimentação e moradia adequadas, respeito, não discriminação, entre outros).

Esse dia constitui muito mais do que uma data comemorativa. É um dia para a coletividade global lembrar que a garantia efetiva dos direitos humanos – a todos os povos e nações – requer vigilância contínua e participação coletiva.

A sua presença é muito importante.

SINTFUB

Hoje é dia de paralisação!

A paralisação chamada para o dia de hoje, 05 de dezembro, foi abortada devido ao adiamento da entrada em pauta da reforma da previdência, a ser marcada para próxima semana.

As universidades, no entanto colocaram o dia de hoje como dia de paralisação. A Fasubra, única categoria em greve, orienta todos os sindicatos a manter a paralisação conforme o calendário, como meio de fortalecer nossa luta.

Resistir é preciso!

SINTFUB

EBSERH: UMA ESTATAL FORA DA LEI

Criada em 2011, a partir de uma lei inconstitucional (Lei n. 12.550/11), a EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – vem atuando à margem da lei, ao contratar para exercerem cargos comissionados na empresa, uma infinidade de servidores públicos, por todo o Brasil, que já ocupam dois cargos públicos, promovendo um festival de acumulação de cargos públicos aos olhos cegos – cegueira moral – do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), revelando, assim, a empresa mais um dos seus tantos lados obscuros.

Uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, transformando os nossos Hospitais Universitários Públicos Federais em suas filiais de negócios, deteriorando a formação acadêmica de todos os profissionais das áreas da

Saúde do nosso País, promovendo enorme risco social pra toda a nossa gente, além de criar todo um ambiente de aparelhamento político nesses seus hospitais-empresa, passando a estabelecer uma política de exclusão social, já que trabalha o tempo todo criando obstáculos à assistência à saúde da população.

Avaliada pelo Ministério do Planejamento, a sua gestão recebeu nota 1,94, numa variação de 0 a 10; ou seja, uma gestão de péssima qualidade, reprovada até mesmo por quem a criou – o Poder Executivo Federal.

Fonte sem controle de transferências milionárias de verbas públicas para o setor de saúde privada, a EBSEH é um verdadeiro câncer para a Saúde Pública brasileira. E, como todo câncer, precisa ser extirpado urgentemente da nossa Administração Pública, não só por uma questão legal, mas também por uma questão moral e de valores éticos que não comungam com tamanha estupidez e riqueza de interesses privados que fazem do interesse público uma mera ficção.

EBSEH: uma aberração administrativa que precisa acabar, para o bem do Brasil, para o bem dos brasileiros e para o bem da moral pública!

Assim seja!

Wladimir Tadeu Baptista Soares

Advogado

Médico do SUS

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense

Niterói – RJ

wladuff.huap@gmail.com

01/12/2017

SINTFUB realiza assembleia e chama para GREVE



Na última quarta-feira, dia 29/11, o SINTFUB realizou sua Assembleia Geral, com a participação de toda a categoria. Durante a Assembleia foi debatida a greve da categoria, que continua.

O SINTFUB lembra que o comando nacional de greve tem representação na Universidade de Brasília, para onde devem ser direcionados todos os encaminhamentos pertinentes e convida a todos os servidores para a luta.

Mauro Mendes, coordenador do SINTFUB, lembra da importância de manter o movimento vivo: “É importante agora manter as assembleias para avaliar todos os encaminhamentos com a greve. É importante a categoria direcionar sua energia contra o governo golpista que foi o real causador dessa greve.”

O Sindicato convida a todos para participarem de todas as atividades e se manterem informados. Nossos direitos são prioridade. Nenhum direito a menos!

SINTFUB

Pressão dos trabalhadores das universidades força governo a dialogar

O secretário de Gestão de Pessoas (MPDG) se comprometeu a realizar uma reunião dentro de duas semanas com a FASUBRA, o Ministério da Educação (MEC) para discutir a pauta categoria.

Após bloquear as entradas do prédio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os trabalhadores das universidades públicas foram recebidos pelo governo nesta manhã, 27. Os representantes da FASUBRA Sindical em reunião com Augusto Chiba, secretário de Gestão de Pessoas apresentaram as reivindicações da Categoria.

Diálogo

Chiba se comprometeu em realizar uma reunião dentro de duas semanas com a FASUBRA, o Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) para discutir a pauta categoria.

Para a Federação, a partir do ato dos trabalhadores em greve o governo deixou de ignorar as reivindicações de diálogo. “Todas as pautas da greve e outros assuntos que estão pendentes vão entrar em discussão”.

O secretário afirmou que questões que geram impacto financeiro não serão discutidas. “Nem tudo vai dar pra solucionar”.

Reestruturação das carreiras

Na ocasião, a FASUBRA questionou sobre o plano do governo de reestruturação da carreira. De acordo com o secretário, as mudanças são direcionadas para aqueles que ainda não ingressaram no serviço público. “Quem está na carreira, não

vamos mexer em nada, acho que é só desgaste e não é justo também”. Citou como exemplo os médicos inseridos em diversas carreiras recebendo salários diferentes. “Equalizar para não ter diferença de uma carreira para outra”.

O governo avalia que neste ano seria difícil alguma medida em relação às carreiras. Segundo Chiba, enquanto a reforma da Previdência não for aprovada, “as outras coisas também não andam”.

Representação

A FASUBRA destacou que é a única representante dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas. “Não existe representação por nível de escolaridade, mas por categoria”, afirmou a coordenação se referindo a outra entidade que reivindica representação por grau de ensino.

Com a aprovação da lei de negociação coletiva, o governo vai checar quais são as entidades que representam as categorias de acordo com a lei.

A Federação solicitou um cronograma de reuniões para discutir a pauta e não perder o diálogo. O secretário afirmou não ter condições de realizar muitas reuniões devido a quantidade de categorias.

Audiência pública

Nesta tarde, 27 de novembro, acontece a audiência pública com o tema “Qual serviço público que queremos?” no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, às 14h. O evento organizado pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), tem como objetivo pressionar parlamentares contra a aprovação de projetos que atacam servidores.

Na ocasião, será entregue às lideranças do Congresso Nacional um documento solicitando apoio aos servidores públicos. Serão destacadas a Medida Provisória 805/17 (adiamento de reajustes e aumento da contribuição previdenciária), alvo de ações

judiciais pelas entidades representantes dos servidores públicos, e o PLS 116/17 que prevê demissões e a reforma da Previdência.

Caravana Nacional

Milhares de servidores públicos prometem ocupar a Esplanada dos Ministérios em Brasília-DF, com caravanas de todo o país, no dia 28 de novembro. A FASUBRA Sindical engrossa as fileiras de mobilização em defesa do serviço público, contra os ataques ao funcionalismo e em defesa da Carreira e Educação Pública.

Ato no Judiciário

Na quarta-feira, 29 de novembro, os representantes das entidades dos servidores públicos realizam um Ato Público no para apresentar as ações jurídicas contra a MP 805/17. Também será entregue um memorial que questiona a inconstitucionalidade da EC 95/16, que congela investimentos em políticas públicas por 20 anos.

Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical

Quando o discurso cínico procura se impor ao discurso ético

(Wladimir T. B. Soares)

Hoje vivemos um momento de grave ofensa ao núcleo denso ideológico da nossa Constituição Federal de 1988 – aquela Constituição Cidadã, que propõe o Brasil como um Estado Democrático de direito e de Bem-estar Social.

Infelizmente, muito em razão da surpreendente apatia e

passividade de todos nós brasileiros, e também em razão de uma articulação de maldades articuladas por todos os Poderes da República, o pensamento neoliberal vem ganhando terreno.

E quando isso acontece, direitos sociais são perdidos, direitos humanos são menosprezados, o individualismo ganha força e a solidariedade passa a ser condenada.

Diversas reformas são realizadas, todas elas em favor do capital. O ser humano é ignorado, e a dignidade da pessoa humana é princípio negligenciado por aqueles que ditam as regras pra nós.

Nesse contexto, uma mídia é trabalhada no sentido de enganar a todos, com discursos de meias verdades, cuja finalidade é sempre a de criar um panorama de medo e insegurança social. Assim como nos regimes totalitários, uma determinada classe social é apontada como a culpada de todos os nossos males. Neste caso, os servidores públicos estatutários do Poder Executivo são o alvo de desqualificação, desprestígio e desrespeito, configurando, na verdade, em um cruel e covarde assédio moral por parte do Governo contra aqueles que são os responsáveis diretos pela concretização dos direitos de todos nós.

Assim, a Reforma da Previdência é anunciada pelo Governo como “necessária para acabar com os privilégios daqueles que trabalham pouco, ganham muito e se aposentam cedo” – na verdade, um slogan que certamente nasceu do momento em que o Presidente Temer se olhou no espelho, já que a frase se encaixa perfeitamente no seu caso.

Os valores recebidos como proventos de aposentadoria pelos servidores públicos estatutários do Poder Executivo são os mais baixos da Administração Pública, quando comparados com os servidores públicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e servidores militares das Forças Armadas. Aí, sim, estão todos os privilégios. Não no Poder Executivo.

Os servidores públicos estatutários do Poder Executivo descontam mensalmente do seu salário bruto o valor de 11% como

contribuição previdenciária, e continuam a contribuir mesmo depois de aposentados. Não têm direito ao FGTS quando exonerados e nem ao seguro desemprego. Estes são direitos dos empregados celetistas do setor privado, que, ao contrário dos servidores públicos estatutários, descontam para a contribuição previdenciária somente até o teto do INSS, e não sobre o valor do seu salário bruto.

Ou seja, tanto os servidores públicos estatutários quanto os empregados celetistas do setor privado recebem como proventos de aposentadoria o equivalente àquilo que durante toda a sua vida laboral contribuíram para esse benefício previdenciário: no caso dos servidores públicos estatutários – por descontarem sobre todo o valor bruto do seu salário – estes têm direito à integralidade e paridade dos seus proventos, porque foi pra isso, com esse sacrifício, que eles contribuíram; do mesmo modo, no caso dos empregados celetistas do setor privado, por terem contribuído a vida toda para o INSS somente sobre o valor do teto do INSS, independentemente do valor bruto recebido como salário, os proventos por eles recebidos devem obedecer a esse teto, e não ao valor integral do seu salário, pois pra isso ele jamais contribuiu.

Além disso, os empregados celetistas do setor privado, ao se aposentarem, diferentemente dos servidores públicos estatutários, deixam de contribuir para o INSS.

Mas o cinismo ainda é mais flagrante quando o Presidente da República afirma que “os estudos têm demonstrado que, logo em breve, o brasileiro estará vivendo até os 140 anos de idade”.

O discurso cínico avança ainda mais quando o Ministro da Educação diz que “é preciso acabar com os privilégios dos professores, com suas férias de 45 dias ao ano e lanche grátis”.

Sobre essa afirmação, fica claro que o Ministro do MEC desconhece que os professores têm uma carga de trabalho em casa não reconhecida pela Administração Pública. Além disso, professores não recebem lanche grátis. Ao contrário, eles se cotizam na aquisição de cafeteira, pó de café, açúcar,

adoçante e biscoitos – razão do lanche que consomem. A Administração Pública não fornece isso, ao contrário com relação aos Ministros de Estado, Congressistas, Magistrados, Procuradores e Membros do Ministério Público, cujos lanches são bancados por todos nós, de forma impositiva, sem o nosso consentimento.

Mais do que isso, Magistrados e Promotores Públicos têm férias de 60 dias ao ano.

Quanto aos Congressistas, além do recesso de fim de ano, têm o período de férias mais longo da Administração Pública, e sendo obrigados a trabalhar efetivamente somente três dias na semana: terças, quartas e quintas. E, do nada, ainda se dão o direito de declarar um recesso de 10 dias em pleno período legislativo normal. Ou seja, a imoralidade como regra para uma casta de privilegiados que não olha para o seu próprio umbigo. Este mesmo Ministro é aquele que pretende transformar as nossas Universidades Públicas Federais – hoje Autarquias Federais, sob regime jurídico administrativo constitucional de direito público – em Organizações Sociais, sob o regime jurídico administrativo constitucional de direito privado. Ou seja, pretende fazer com que as Universidades Públicas Federais deixem de ser Instituições Sociais e passem a fazer parte de um “mercado universitário”, propiciando um ambiente de crescimento das desigualdades sociais, exatamente por suprimir a igualdade de oportunidades ao Ensino Público Superior.

Ao mesmo tempo, a Reforma Trabalhista instituiu o chamado “trabalho intermitente” que nada mais é do que uma condição de trabalho equivalente a escravo, precarizando as relações trabalhistas, ferindo os Princípios Constitucionais do Pleno Emprego e do Valor Social do Trabalho, além do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Essa é uma Reforma recheada de prejuízos para o trabalhador e benefícios para o empregador, passando a considerar o empresário como a parte vulnerável na relação jurídica trabalhista, invertendo a lógica jurídica do Direito do

Trabalho.

Mais do que isso, essa Reforma traz uma flagrante discriminação social – defendida pelo Presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) – ao prever que o cálculo do valor do dano moral sofrido pelo trabalhador a ser indenizado pelo empregador deve levar em conta a condição socioeconômica do trabalhador lesado, de modo que, por exemplo, a perda de uma perna ou um braço por um trabalhador rico deve ser indenizada com valor superior ao da perda de uma perna ou um braço de um trabalhador pobre, contrariando o preceito constitucional da não discriminação.

As perversas propostas deste Governo para os servidores públicos estatutários do Poder Executivo não param por aí: congelamento de salários, suspensão do pagamento do adicional de qualificação (especialização, mestrado e doutorado), programa de demissão voluntária, perda da estabilidade, controle de ponto biométrico.

Quanto ao congelamento de salários – uma atitude típica dos governos neoliberais (basta lembrarmos que no Governo de Fernando Henrique Cardoso, salvo pouquíssimas exceções, os servidores públicos federais do Poder Executivo ficaram com os seus salários congelados durante praticamente todo o seu mandato presidencial), este congelamento é flagrantemente inconstitucional. Todavia, a Constituição Federal não é a referência legal deste Governo.

A suspensão do adicional de qualificação fere o Princípio Constitucional da Eficiência Pública e o Princípio da Dignidade Profissional.

Isto por ser do interesse público e da Administração Pública que os seus servidores se qualifiquem continuamente, aprimorando mais os seus conhecimentos, de modo a contribuir ainda mais para a construção do desenvolvimento socioeconômico da nossa Nação.

Assim, não é – e não pode ser – do interesse da Administração Pública que o servidor se mantenha estagnado do ponto de vista

educacional e profissional. Ao contrário, a busca do conhecimento e aperfeiçoamento profissional é objetivo de toda Administração Pública que queira se afirmar como eficiente, eficaz e produtiva.

Pra isso acontecer, há de se prestigiar aquele servidor público que se esforça permanentemente em crescer intelectualmente, sendo capaz de elaborar um pensamento crítico sobre os diversos temas que permeiam a atividade administrativa, o que só engrandece o setor público brasileiro.

O controle de ponto biométrico, do ponto de vista de resultados, nada acrescenta à eficiência pública. Isto porque o controle de frequência do servidor público através da biometria só traz ganhos para os donos da empresa que venceu a licitação para a venda das máquinas registradoras do ponto, haja vista configurar enorme transferência de recursos públicos para o setor privado, de forma permanente, em razão não somente do contrato de compra e venda, mas também pelo contrato de manutenção.

A Lei n. 8.112/90 já traz mecanismos de anotar as faltas do servidor, sem qualquer custo extra para os cofres públicos.

Além disso, não sendo o controle biométrico aplicado a todos os servidores públicos de todos os Poderes da República, isto, por si só, já constitui uma discriminação, ferindo os Princípios Constitucionais da Equidade e Moralidade Pública.

O ponto biométrico, por si só, não é instrumento suficiente para garantir qualidade e nem instrumento capaz de obrigar qualquer servidor a trabalhar.

As chefias imediatas já têm essa responsabilidade: acompanhar o trabalho dos seus subordinados hierárquicos, bem como anotar as suas eventuais faltas.

Aquisição de centenas ou milhares de máquinas registradoras de frequência (entrada e saída) dos servidores públicos é mais uma política para atendimento de interesses privados daqueles que fabricam, vendem e fazem a manutenção dessas máquinas. Fico imaginando quanto o Governo Federal vem gastando com tudo

isso, enquanto os hospitais e escolas públicas definham em precariedades.

Quanto ao Regime Jurídico Único, a estabilidade e a efetividade dos servidores públicos estatutários, estes constituem uma conquista do povo brasileiro na Constituição Federal de 1988, pois são condições essenciais e necessárias para a garantia da continuidade dos serviços públicos, bem como a garantia de voz aos servidores públicos em defesa da sociedade e um dos elementos de blindagem contra a corrupção e o aparelhamento político da Administração Pública.

Os servidores públicos estatutários conquistam seus cargos públicos a partir da aprovação em concurso público, o que revela o critério da meritocracia, em que o Princípio Constitucional da Impessoalidade é assegurado de forma transparente, sem influências de apadrinhamento político ou de qualquer outro recurso espúrio.

A estabilidade do servidor público estatutário não é fator impeditivo da exoneração do servidor público, mas sim uma garantia de que ele só pode ser exonerado por justa causa, razão de sempre isso ser conduzido por meio de um processo administrativo disciplinar, em que se assegura a defesa plena e o contraditório, além de todos os outros instrumentos do devido processo legal, em obediência ao Estado de Direito e em atendimento ao Princípio Constitucional da Legalidade.

Essa estabilidade do servidor público estatutário é um importante instrumento de controle social dos atos injustos cometidos pela Administração Pública, já que assegura ao servidor público estatutário ser o primeiro advogado daquele do povo que tem um direito subjetivo seu lesado ou ameaçado pelo Poder Público.

Nesta seara da estabilidade, o que precisa ser extinto é a vitaliciedade própria da magistratura, já que isto, sim, fere o Princípio Democrático, não havendo argumento sério que seja capaz de sustentar tal privilégio transformado em prerrogativa.

Cargo vitalício no serviço público ofende a sociedade, ofende a razoabilidade e ofende a razão pública.

Do mesmo modo, o chamado “quinto constitucional” também precisa ser extinto, pois não é possível que alguém, por mera indicação política, de cunho absolutamente pessoal, venha ocupar o cargo público de Desembargador, sem jamais ter exercido o cargo de Juiz e sem nunca ter sido aprovado em um concurso público para este fim. Isto fere os Princípios Constitucionais do Concurso Público, Impessoalidade e Moralidade, não se adequando ao Estado Democrático de Direito, configurando um instrumento de aparelhamento político do Poder Judiciário, o que não encontra abrigo no Princípio Constitucional da Tripartição dos Poderes.

Outra decisão urgente a ser tomada é a extinção de todos os cargos comissionados na Administração Pública Brasileira, em todos os Poderes da República e em todas as esferas de Poder, pois a existência desses cargos fere os Princípios Constitucionais do Concurso Público, Eficiência, Moralidade, Igualdade, Impessoalidade e Economicidade.

Nada justifica a permanência desses cargos comissionados, já que eles, na verdade, constituem um deplorável aparelhamento político de todo o Estado Brasileiro, que nada contribui para a Ética e a Moral Administrativa, negando o critério da meritocracia.

Do mesmo modo, carros oficiais e cartões corporativos são imoralidades que não cabem na Democracia do século XXI, além de serem privilégios que ferem os Princípios da Economicidade e Moralidade Pública.

O discurso cínico é mais agressivo quando o Ministro da Saúde afirma “não ser Ministro do SUS (Sistema Único de Saúde) e que “integralidade e universalidade são princípios contraditórios, e que bom mesmo é criar um plano privado de Saúde para o pobre”.

Isto nos remete a admitir que, num país chamado Brasil, aonde

75% dos brasileiros dependem, única e exclusivamente, do SUS para a assistência em saúde, o titular da pasta da Saúde têm como política pública para o setor beneficiar o mercado dos planos de saúde e colaborar ainda mais para o desmonte de todo o sistema público de saúde brasileiro, não se importando com o ser humano em si, mas tão somente com o capital e o mercado. Mais do que isso, o Ministro revela o seu total desconhecimento do sistema, razão de toda a sua incompetência para o ofício.

Em parceria com os Ministros da Educação e do Planejamento, o Ministro da Saúde defende a existência da EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: uma empresa estatal com personalidade jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, criada para mudar o perfil dos nossos Hospitais Universitários Públicos Federais, transformando-os em filiais empresariais da EBSEH, sem qualquer vocação para o ensino, composta por milhares de cargos comissionados, que transfere uma infinidade de dinheiro público para o setor privado – particularmente, para o Hospital Sírio Libanês – por meio de diversos contratos que em nada interessam à sociedade, institucionalizado nesses hospitais regras de obstáculos ao livre acesso da população, ferindo a Autonomia Universitária, já que tudo o que acontece hoje nesses hospitais são por determinação exclusiva da EBSEH, não estando mais esses hospitais integrados às nossas Universidades, passando a funcionar com precariedade para a assistência, e também para o ensino da medicina, concretizando-se como forte elemento de risco social para todos nós, em razão de contribuir para a má formação acadêmica de todos os profissionais das áreas da Saúde, além de ser fator determinante da destruição da carreira pública estatutária dos servidores da Saúde das Universidades Públicas Federais brasileiras.

A EBSEH faz do Brasil o único país do mundo a não contar com Hospitais-Escola, o que, por si só, já justifica a sua extinção.

A EBSEERH é uma empresa em que 78% do seu custo é com gasto de pessoal (salários, gratificações, adicionais, viagens, hotéis, diárias etc), com um passivo bilionário e que teve a sua gestão avaliada pelo Ministério do Planejamento, recebendo a nota 1,94 numa variação de 0 a 10, o que revela a sua reprovação como empresa prestadora de serviços hospitalares e gestora de suas filiais.

Isto já é razão mais do que suficiente para a sua extinção, pois fere os Princípios Constitucionais da Economicidade, da Moralidade, da Eficiência, da Impessoalidade, da Razoabilidade e da Autonomia Universitária.

Mais do que isso, a EBSEERH é uma empresa que foi criada a partir de uma lei – Lei n. 12.550/11 – inconstitucional.

Uma Reforma Política e Administrativa urgente deveria incluir a proibição de parlamentares ocuparem quaisquer cargos públicos que não sejam aqueles para os quais foram eleitos, em respeito ao Princípio Republicano da Tripartição dos Poderes, o que impediria o aparelhamento político do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, melhorando a qualidade da nossa Democracia.

Cargos de chefias na Administração Pública só devem ser exercidos por servidores públicos concursados, em funções gratificadas, o que será capaz de gerar enorme economia para os cofres públicos, aumentando a possibilidade de eficiência e controle.

Há de ser criado um mecanismo de controle social do Poder Judiciário, particularmente dos Tribunais Superiores, por não ser plausível nem razoável, em um Estado Democrático de Direito, que qualquer dos Três Poderes da República fique imune ao controle daquele que, efetivamente, é o titular e detentor do Poder de nossa Nação: o Povo Brasileiro.

Roubaram e continuam roubando os nossos cofres públicos, os nossos direitos humanos fundamentais de natureza social e a

nossa dignidade.

Mas não vai conseguir corroer o nosso caráter, razão pela qual resiste a esperança e a vontade de lutar, porque merecemos um País melhor para todos. E já sabemos que com os atuais agentes políticos nada disso será possível, porque formam uma rede de proteção entre si mesmos, garantindo – ou procurando garantir – suas próprias impunidades, construindo armadilhas contra o Povo Brasileiro, em atitudes quase obsessivas de transformar a nossa sociedade em uma sociedade de mercado, aonde tudo tem um preço, inclusive os valores cívicos e morais.

Mas não vão vingar por muito tempo.

A reação popular, em algum momento, há de surgir e banir para sempre essa gente creatina e covarde das nossas vidas....

Wladimir Tadeu Baptista Soares

Advogado

Médico do SUS

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense – UFC

wladuff.huap@gmail.com

Niterói – RJ

27/11/2017

**SINTFUB participa de
audiência pública no Senado**



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou audiência pública requerida pelo SINTFUB.

Na pauta foi debatido o tema “Uma ofensa a autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde”, esta dividida em diferentes mesas, onde opiniões divergentes permearam o tema.

Em contraposição aos argumentos em defesa à Ebserh, o médico e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Wladimir Soares, defendeu a extinção da empresa. “Se querem conhecer o que é a Ebserh, conversem com os servidores públicos estatutários”, disse.

A autonomia das Universidades também foi colocada em pauta, com a constante interferência da Ebserh na gestão de pessoal e recursos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que examinará todas as propostas apresentadas para buscar o consenso.

SINTFUB